



SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO MÉDIO PARNAÍBA LTDA – SESMEP
FACULDADE DO MÉDIO PARNAÍBA – FAMEP
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO COMENIUS – ISEC
PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA, GESTÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

LAURILENE SANTOS DE LIMA

A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À INCLUSÃO DE
PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO
REGULAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA-PI

TERESINA
2016

LAURILENE SANTOS DE LIMA

A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À INCLUSÃO DE
PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO
REGULAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA-PI

Artigo científico apresentado como requisito de
avaliação para obtenção do certificado de
conclusão do curso de Pós-graduação em
Docência, gestão e supervisão escolar da
Faculdade do Médio Parnaíba.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Isana Cristina dos
Santos Lima

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Isana Cristina dos Santos Lima

Prof.^a Ma. Antonia Flávia Moraes da Costa

Prof.^a Ma. Cristiane Viana da Silva Fronza

TERESINA
2016

A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA-PI

Laurilene Santos de Lima¹
Isana Cristina dos Santos Lima²

RESUMO

A escola como espaço democrático deve atender educacionalmente todas as pessoas, independente de suas limitações, promovendo adequações pertinentes para um processo educativo de qualidade. Para que se obtenha êxito nesse processo, todos os atores envolvidos no espaço escolar precisam contribuir satisfatoriamente. Um desses profissionais é o coordenador pedagógico que realiza atividades de planejamento, orientação, auxílio, e discute as problemáticas no cotidiano da escola. Esta pesquisa tem natureza qualitativa, tipo descritivo. Teve como problemática: Como é a atuação do coordenador pedagógico frente aos desafios da educação inclusiva? Essa pesquisa tem como objetivo geral: Mapear a atuação do coordenador pedagógico frente aos desafios da educação inclusiva; e como objetivos específicos; a) Identificar os desafios do coordenador pedagógico; b) Conhecer as estratégias adotadas junto aos professores; c) Analisar como os alunos são motivados para que se sintam incluídos nesse processo de ensino-aprendizado. Para a realização dessa pesquisa contou-se com a participação de um coordenador pedagógico que atua no ensino infantil em uma escola pública em Teresina-PI, utilizou-se para coleta de dados uma entrevista semiestruturada. Os dados foram submetidos à análise. Foi fundamentado nos estudos de Beyer (2006), Mantoan (2009), Aguiar (2010), Bardin (2009) entre outros. Os resultados demonstram que são várias as atuações do coordenador pedagógico na escola, e que por meio de sua atuação colabora para o crescimento dos alunos, visando uma educação inclusiva eficiente. Constatou-se também a necessidade de maior apoio da família, muitos são os desafios, mas existe perspectiva positiva para a inclusão.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico. Educação Inclusiva. Escola

INTRODUÇÃO

A escola, assim como a família é vista como uma das mais importantes instituições sociais por atuar como uma mediação entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Bock, (1999) a escola permite que o indivíduo socialize-se, porque ela é um meio de transmissão de cultura, aprendizado, modelos sociais de comportamentos e

¹ Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI
E-mail: lauralene62@hotmail.com

² Professora Orientadora. Licenciada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. E-mail: isanacristina@bol.com.br

valores morais, assim quando a criança se apropria dos valores transmitidos pela escola, isso faz com que ela aumente sua autonomia e se sinta pertencente a um grupo.

A concepção de escola e de ensino vem mudando com o passar dos tempos, adotando ações de política educacionais com o objetivo de melhorar o ensino. E essas mudanças fizeram com que o termo inclusão fizesse parte desse novo contexto. A educação inclusiva é algo recente e um desafio para as escolas, pois é necessária uma adequação de espaço, estrutura, materiais e também de profissionais capacitados para atender esse público, Além de mudanças no currículo, na avaliação e proposta pedagógica, as mudanças geram insegurança para os profissionais da educação. Diante desse processo de inclusão muitos profissionais não sabem como lidar com as mudanças no sentido de desenvolver práticas pedagógicas eficientes.

Diante dessa reflexão, partindo de leituras e pesquisas, surgiu o desejo de investigar como o coordenador pedagógico, sendo um ator desse cenário escolar, atua para proporcionar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais² no ensino regular. Teve como problemática: Como é a atuação do coordenador pedagógico frente aos desafios da educação inclusiva? Essa pesquisa tem como objetivo geral: Mapear a atuação do coordenador pedagógico frente aos desafios da educação inclusiva; e como objetivos específicos; a) Identificar os desafios do coordenador pedagógico; b) Conhecer as estratégias adotadas junto aos professores; c) Analisar como os alunos são motivados para que se sintam incluídos nesse processo de ensino-aprendizado.

Foi realizada uma pesquisa de campo que teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e anotações por meio das observações junto ao coordenador pedagógico. Contamos para a produção dessa pesquisa com os estudos de Bock (1999), Beyer (2006), Mantoan (2009), entre outros, que tem versado sobre educação inclusiva e a atuação do coordenador pedagógico nas práticas escolares. Essa pesquisa terá relevância no contexto escolar e contribuirá para a ampliação dos estudos nessa perspectiva, visando o melhoramento das práticas educativas na escola.

EDUCAÇÃO PARA TODOS

Historicamente a educação escolar por muito tempo se caracterizou como sendo um privilégio de poucos, onde muitos eram excluídos desse processo educacional por

³A expressão necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (SALAMANCA, 1994).

diferentes motivos: pobreza, gênero, etnia, por ter necessidades especiais, dentre outros motivos. No Brasil, especialmente a partir da década de 80 com o crescimento do processo de democratização do ensino, em que aconteceram diversas reformulações do processo educacional, o conceito de educação como direito social, direito humano e o conceito de inclusão passa a fazer parte fundamental das políticas educacionais.

A constituição Federal de 1988 no artigo 205 assegura a educação como direito de todos. O estado, assim como a família possuem o dever de oferecê-la, tendo em vista o desenvolvimento pleno da pessoa e preparo para o exercício da cidadania. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “Igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino.

Vários discursos surgiram tanto em âmbito internacional e nacional em defesa de educação para todos os cidadãos, incluído as pessoas com necessidades educacionais especiais. Essas discussões foram importantes para fortalecer a compreensão que todos possam ter direito à educação, pois independente das dificuldades e incapacidades, todos tem a necessidade de serem “aceitos, respeitados e compreendidos em seus diferentes estilos e maneiras de aprender e quanto ao tempo e possibilidades de ampliar e de aprofundar conhecimento, em qualquer nível escolar”. (MANTOAN, 2009).

Nesse novo contexto a educação das pessoas com necessidades especiais passa a ser vista de modo diferente. Conforme Ramos (2006, p.264), *apud* PCNs:

A educação para portadores de necessidades educacionais passa do modelo medico do cuidar, do clinico e terapêutico para a abordagem social e cultural que valoriza a diversidade como forma de aprendizagem, de fortalecimento e modificação do ambiente escolar e da comunidade para promoção da aprendizagem (PCN, 1999, p.11).

Essa nova abordagem objetiva garantir às pessoas o acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996, que trouxe um grande avanço no sistema de educação de nosso país, entende-se por educação especial: ”Modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades educacionais especiais” (LDB, 1996).

Além de garantir o direito de ter um convívio com outras crianças, a LDB também assegura que quando necessário deve-se oferecer serviços de apoio especializado na escola regular para atender as especialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Como afirma Mantoan (2009) A inclusão foi um ganho na educação, pois é uma possibilidade que se abre para o “aperfeiçoamento” da educação, em que todos podem ser beneficiados, para isso a escola precisa estar aberta as discussões para enfrentar as inovações e as transformações internas necessárias. Então a aceitação e a valorização das diferenças e o respeito pela aprendizagem torna-se fundamental para uma educação inclusiva de qualidade.

ESCOLA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A escola na perspectiva inclusiva ganha força a partir da resolução que estabelece a obrigatoriedade de matricular no ensino regular todos os alunos independentes de suas necessidades especiais. Conforme mostra o segundo artigo das diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2.2001).

A obrigatoriedade de matrícula dos alunos que apresentam necessidades especiais no ensino regular possibilitou o direito ao acesso a escola, visto que antes muitos não eram acolhidos na escola sob alegação de não possui condições físicas e pedagógicas para possibilitar a aprendizagem. Os discentes portadores de necessidades especiais eram na verdade, visto como um problema para a escola.

Para Beyer (2006) a educação inclusiva caracteriza-se:

Como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além desta interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado. (BEYER, 2006, p.73).

As escolas que trabalham numa perspectiva inclusiva além de receber o aluno, ela também tem a obrigação de traçar um planejamento para assegurar aos alunos todas as condições propícias ao seu desenvolvimento proporcionando a todos uma educação significativa. O processo inclusivo “Confronta as escolas a uma reorganização, propondo novas demandas e redefinindo competências e responsabilidades.” (BATISTA, 2008).

A política de acesso dos alunos com algum tipo de necessidade especial no ensino regular se configura como uma forma de inclusão. Essas mudanças se fazem

necessários para atender os alunos com o objetivo de alcançar níveis mais elevados de ensino, segundo a capacidade de cada um. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem apresentado os seguintes objetivos:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta de atendimento especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado a demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (PORTARIA nº 948/2008)

É relevante a atuação e articulação entre todos que compõem a escola, juntamente com a família e a comunidade, tendo profissionais capacitados para a integração desses educando com os demais alunos. A família é parte fundamental nesse processo, pois é ela quem promove a primeira educação, estabelecendo valores, princípios fundamentais para a construção da identidade do ser humano.

A inclusão escolar, segundo a resolução CNB/CEB Nº 2.2001 tem início na educação infantil, fase que se desenvolve as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global, segundo as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, sempre contando com a família e também com o atendimento educacional especializado.

A escola com orientação inclusiva desenvolve um papel fundamental na construção de uma gestão democrática. Para que isso aconteça Mantoan (2009) destaca pelo menos duas barreiras que precisam ser mudadas como: a reação negativa de alguns profissionais a inclusão e também a inadequação de métodos e técnicas de ensino tradicional, baseado na transmissão de conhecimento e na individualização das tarefas de aprendizagem.

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Para que o aluno se desenvolva eficazmente é importante que todos os integrantes que atua na escola colaborem para o processo educativo inclusivo tornando a escola um lugar de bem estar. O coordenador pedagógico, através de suas observações e intervenções contribui para o sucesso escolar e um aprendizado de qualidade.

A função do coordenador pedagógico foi construída historicamente conforme o surgimento de necessidades sociais. Antigamente, conhecido como supervisor, sua função estava atrelada a de simples fiscalização e inspetor. Atualmente a concepção de supervisão não é mais vista somente como mera fiscalização, mas sim como integrante do corpo de profissionais da escola. Seu trabalho é caracterizado pela coordenação e organização das atividades didáticas e curriculares.

O coordenador é um profissional que está diretamente envolvido com a realidade da escola e esse olhar atento a realidade lhe oferece condições de atuar nela, com o objetivo de otimizar situações e permitir mudanças no ensino e em toda a estrutura da escola, transformando-se numa via de acesso indispensável para o sucesso da educação escolar. Para Libânio, o coordenador pedagógico responde:

Pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico- didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino. A coordenação pedagógica tem como principal atribuição a assistência pedagógica-didática aos professores, para chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino (considerando o ideal e o possível), auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequada às necessidades educacionais dos alunos. (LIBÂNEO, 2001, p.183).

Sabemos que o coordenador pedagógico tem sua função específica que é dar assistência pedagógica e didática ao professor, mas no espaço escolar seu trabalho não se limita somente a essa tarefa, mas também estabelecer um relacionamento com os pais e a comunidade no que se refere ao funcionamento pedagógico, curricular e didático da escola atuando em diversos campos para promover um aprendizado adequado aos alunos.

A presença do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular demanda do coordenador pedagógico estudar e desenvolver ações concretas que visam contemplar a permanência dos alunos no ambiente escolar possibilitando que novos significados sejam atribuídos a prática educativa da escola e também do professor.

A inserção de todos os alunos a escola regular demanda o desenvolvimento de propostas de inclusão adequadas ao processo escolar à diversidade dos alunos o que requer deste educador a necessidade de aprofundamento da suas práticas e, conseqüentemente, a reflexão da sua ação no processo escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem como objetivo considerar os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa, descrevendo o percurso e as técnicas usadas para a obtenção dos dados, análise e interpretação das informações coletados.

Trabalhamos com a pesquisa qualitativa, de caráter descritivo buscando compreender os significados atribuídos por diferentes sujeitos sem preocupação primordial com o quantitativo. Nesse tipo de pesquisa, Soares (2003, p.19), afirma: “Por meio desse tipo de abordagem, o pesquisador interpreta os fatos procurando solução para o problema proposto. Nesse sentido, a abordagem qualitativa busca interpretar dados, fatos, teorias e hipóteses.

Fizemos uma pesquisa de campo, buscando a informação direta com o sujeito pesquisado. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada. Para Ludwig (2015, p.65-66) trata de uma técnica de investigação baseada em perguntas que são dirigidas a pessoas previamente escolhidas. Permite captar imediatamente a informação, “tratar de assuntos de natureza íntima e complexa”. Quanto ao tipo de entrevista, a semiestruturada baseia-se em “questões específicas, porém sem ordenamento rígido”, com o sujeito pesquisado. Essa pesquisa tem como sujeito um coordenador pedagógico que trabalha numa escola infantil da rede pública municipal na zona sul de Teresina-PI.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram submetidos a análise conforme os estudos de Bardin (2009) que explica que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadoras quantitativas”. Baseando-se na análise da entrevista criou-se duas subcategorias visando a discussão dos dados coletados. As subcategorias são: “Os desafios enfrentados pelo coordenador pedagógico diante da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais” e “A atuação do coordenador frente a educação inclusiva”

A entrevista se deu em uma Escola Infantil Municipal que fica na zona sul de Teresina-PI, foi realizada com a coordenadora pedagógica da escola sobre a atuação

desta frente à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Buscamos saber sua atuação, concepção, desafios, estratégias junto ao professor e perspectivas para oferecer uma educação digna.

Fizemos o seguinte questionamento a coordenadora: Qual é sua concepção com relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais no ensino regular? Essa pergunta se torna relevante, pois a concepção do coordenador revela muito sobre como é realizada sua prática pedagógica.

A educação inclusiva é uma educação que respeita a individualidade da criança. Não é fácil, mas é um aprendizado para todos os envolvidos no processo educacional. (coordenadora).

Essa concepção mostra que a educação inclusiva é um passo fundamental para a democratização do ensino. É uma forma de respeito com o ser humano. Ressalta que os alunos com necessidades educacionais especiais são importantes na escola, que assim como os demais alunos precisam ser valorizados. A presença desse aluno no ambiente escolar não tem que ser vista como problema, mas como oportunidade de aprendizado para todos. Pensar positivo fomentará ações e práticas funcionais que promova a boa convivência, visando um ensino digno.

Embora o processo inclusivo seja visto como um ganho para a escola, e conseqüentemente para a sociedade, com ele surge também desafios que precisam ser superados. Por isso perguntou-se quais os desafios e perspectivas para a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular?

Os desafios são muitos entre eles estão falta de apoio da família, promover atividades que envolva os alunos com necessidades educacionais especiais e recursos financeiros insuficientes. (COORDENADORA)

Pensar e desenvolver atividades que inclua a criança com necessidades especiais no envolvimento com os demais alunos é importante, pois esses alunos também possuem os desejos de brincar, de aprender e conviver com os demais. Segundo Aguiar:

Uma das estratégias para auxiliar a integração consiste em organizar ações de socialização que valorizem o conhecimento e as habilidades destes estudantes para além da sala de aula, em atividades que integrem a cognição, os movimentos e a socialização, e para isto vale contar com professor, alunos e funcionários da escola que se engajem em projetos de integração de forma voluntária e solidária, tanto no horário de aula como em atividades extraclasse. (AGUIAR, 2010, p.125)

O aluno com necessidades educacionais especiais precisa ser visto como um cidadão que tem direito e deveres. Então o coordenador precisa ter um olhar sensível e propor reflexões que oriente o processo de ensino aprendizagem dos alunos junto ao

professor e os demais profissionais. Precisa desenvolver projetos práticos que integre os alunos dentro de suas possibilidades.

A família constitui instrumento fundamental para o progresso educativo do aluno, porém, muitas vezes a família não educa de forma satisfatória, delegando toda responsabilidade de educar e cuidar à escola, configurando um desafio para o professor, gestores e coordenadores.

Quando a professora constata algum aluno que apresenta características ou traços de algum transtorno e passa isso para o coordenador, ele chama o responsável, mostra a avaliação do aluno e aconselha a levá-lo a algum especialista, às vezes a família se recusa dizendo que o filho não tem nada. (coordenadora).

Essa postura da família dificulta o trabalho da coordenadora em proporcionar o melhor atendimento para o aluno, solicitando suporte necessário junto ao poder público. De acordo com a coordenadora pesquisada muitas escolas possui Atendimento Educacional Especializado-AEE que faz o acompanhamento individual das crianças, que acontece no contra turno de estudo. E se não tiver na própria escola, mas tem em uma escola próxima, mas mesmo assim, muitas famílias deixam de levar os filhos para fazer esse acompanhamento. O compromisso da família reflete no desenvolvimento e aprendizado do aluno.

A escola pesquisada possui quatro alunos com necessidades especiais, sendo três sem diagnóstico e um com diagnóstico impreciso. Quando a criança não tem o laudo, então a coordenadora tem o papel de solicita junto a secretaria a visita do psicólogo que faz a visita e acompanha o cotidiano da criança na escola para realizar uma análise. Nestas questões o coordenador pedagógico articula com a família, mostrando a importância do diagnóstico para poder encaminhar junto a Secretaria Municipal de Educação os cuidados necessários para melhor desempenho do aluno.

Os desafios são diários, então o coordenador precisa estar atento ao que acontece na escola para junto com os demais promover os encaminhamentos precisos. Perguntamos: Qual deve ser a atuação do coordenador no cotidiano escolar para uma educação inclusiva de qualidade?

O coordenadora precisar tratar todos os alunos com igualdade, contribuir com o planejamento do professor e direcioná-lo a uma educação inclusiva de qualidade. Incentivar a formação continuada dos professores. (coordenadora)

O coordenador precisa atuar como um parceiro do professor dando toda a assistência no trabalho pedagógico didático para que juntos possam construir situações de aprendizagem adequada para os alunos. Para isso é relevante que o professor

mantenha um diálogo com o coordenador, para que conheça os anseios e dificuldades e a partir de então promova discussões. Essa comunicação é relevante por que:

O professor é conhecedor do espaço sala de aula, então ninguém melhor para conhecer as dificuldades de aprendizado dos alunos, e diante das dificuldades às vezes os professores não sabem como lidar com certas situações. (coordenadora).

Conhecendo a realidade da escola e do professor fica mais fácil pensar em estratégias e desenvolver intervenções pontuais para auxiliar o professor em sala de aula. Diante deste novo contexto escolar que é a inclusão, os professores e demais profissionais deve ter um preparo para melhor atende os alunos. Nesse sentido o coordenador também precisa atuar incentivando e mostrando aos professores a necessidade de formação continuada, em que ele mesmo precisa estar inserido.

Nesse respeito Placco (2013) mostra o papel fundamental que o coordenador tem para o desenvolvimento da formação na escola, por organizar grupos de estudos, planejar as ações didáticas e troca de experiência sobre a prática cotidiana escolar. Cabe também ao coordenador mediar às relações interpessoais entre a equipe escolar na construção do projeto pedagógico, mediar às relações escola-comunidade, intervindo nas situações de conflitos escolar.

Sousa e Placco (2010) esclarecem que o coordenador como mediador deve ter acesso ao domínio das produções culturais gerais e específicas da educação, principalmente as relativas ao ensino e a aprendizagem, apresentando-as aos professores, debatendo-as, questionando-as, com o objetivo de transformar o modo como os professores pensam e agem sobre e com elas.

Não é raro na escola surgir algum tipo de preconceito o que pode acionar o distanciamento ou o isolamento de alguns alunos. Essas situações desagradáveis acabam desmotivando esse aluno a interagir com os outros ou até mesmo dificultando sua aprendizagem e desenvolvimento. Diante do exposto, perguntamos: Que estratégias são adotadas para motiva esse aluno?

As situações de preconceito surgem na maioria das vezes mais por parte do adulto do que de outras crianças, na verdade elas querem e ajudar. Quanto isso acontece busca trabalhar as diferenças, mostrando apoio às crianças e a importância do respeito entre todos. (coordenadora)

Esse relato mostra que o preconceito não parte somente dos alunos. Essa realidade requer pensar e desenvolver práticas pedagógicas mais elaboradas para sensibilizar o outro dos agravos e benefícios que as palavras e ações podem causar no outro, trabalhando a humanização, desenvolvendo projetos práticos e didáticos

abordando situações reais. A Declaração de Salamanca (1994) afirma que as escolas regulares que possuem orientação inclusiva são meios vitais para combater atitudes discriminatórias, pois trabalha a diversidade, cidadania e o respeito que deve existir entre todos.

A coordenadora pesquisada apresenta perspectiva positiva, esperando que esse avanço na educação não regrida, mas que a cada dia seja fortalecida por meio de políticas públicas efetivas e renovações de práticas educativas que funcionem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular é um avanço para a educação. Mas sabemos que o processo de inclusão não acontece apenas por matricular esses alunos, mas pelas condições de permanência e acesso ao âmbito escolar, propiciando as transformações necessárias para a efetivação da educação. Propondo novas diretrizes da aprendizagem numa perspectiva inclusiva que se rompa definitivamente com a educação homogeneia, competitiva e segregadora. Atuando na formação de cidadão conscientes, definindo princípios, normas e valores, através do aprimoramento de práticas pedagógicas inclusivas, respeitando o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos físicos, social, afetivo, cultural.

São muitos os desafios para a promoção de uma educação integral, tais como, recursos insuficientes, a ausência efetiva da família, formação continuada dos profissionais e a lentidão do poder público em atender aos pedidos dos gestores. Mesmo com tantas dificuldades, muito já foi feito para promover o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais dando-lhe a dignidade de ser visto como cidadão. Claro que ainda é preciso muitos reajustes para contemplar a educação de igualdade proclamada pela constituição.

Foi possível constatar que o coordenador pedagógico atua como um mediador das práticas escolar, sendo um agente de formação visando sempre o crescimento dos alunos, dando todo suporte necessário ao professor para afeiçoar sua prática, chamando a família para a escola para que cumpra com sua responsabilidade junto aos seus filhos. E por meio de ações socializadoras busca a integração da criança especial com os outros para que esse aluno se sinta visto e motivado a fazer parte do grupo.

**THE ACTION OF THE PEDAGOGICAL COORDINATOR IN VIEW OF
THE INCLUSION OF PEOPLE WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN
REGULAR EDUCATION IN A PUBLIC SCHOOL OF TERESINA-PI**

ABSTRACT

The school as a democratic space must educate all people, regardless of their limitations, promoting appropriate adjustments to a quality educational process. In order to be successful in this process, all actors involved in the school must contribute satisfactorily. One of these professionals is the pedagogical coordinator who carries out activities of planning, orientation, help, and discussed the problems in the daily life of the school. This research has a qualitative nature, descriptive type. It had as problematic: How is the pedagogical coordinator's action facing the challenges of inclusive education? This research has as general objective: Mapping the pedagogical coordinator's action to the challenges of inclusive education; And as specific objectives; A) Identify the challenges of the pedagogical coordinator; B) To know the strategies adopted with the teachers; C) Analyze how students are motivated to feel included in this teaching-learning process. For the accomplishment of this research was counted on the participation of a pedagogical coordinator who works in the infantile education in a public school in Teresina-PI, a semistructured interview was used for data collection. The data were submitted to analysis. It was based on the studies of Beyer (2006), Mantoan (2009), Aguiar (2010), Bardin (2009) among others. The results show that there are several activities of the pedagogical coordinator in the school, and that through his / her performance collaborates for the growth of the students, aiming at an efficient inclusive education. Also the need for greater support of the family, many are the challenges , But there is a positive outlook for inclusion.

Keywords: Pedagogical Coordinator. Inclusive education. School

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, LR. e PLACCO, V.M.N. de S.(Orgs.). **O coordenador pedagógico e o atendimento a diversidade**. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola**. São Paulo: edições Loyola, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: 1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2008.

CLAUDIO. R.B, ADRIANA. M.M.(et al.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CLAUDIO. R.B, DENISE. M.J, KATIA. R.M.C.(et al).**Educação especial**: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BRASIL, **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em <http://portal do MEC.gov.br/seesp/arquivo/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 agosto. 2016.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001, p.183-185.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e Prática de Metodologia Científica**. 3ed. Petrópolis, RJ; vozes, 2015, p.65-66.

ROBERTA GAIO, ROSA G.K.MENEGHETTI(orgs).**Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**.5ed.Petrópolis,RJ:vozes,2009,p.80-85.

RAMOS, Sandra Lima de Vasconcelos. **Acolher a diversidade**: possibilidades e limites da inclusão escolar. In: BONFIM, Maria do Carmo Alves do. MATOS, Kelma Socorro Lopes de.(orgs) **Juventudes, Cultura de paz e Violências na Escola**.Fortaleza:UFC,2006.

SOARES, Edvaldo. **Metodologia Científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 19.